DEZ HIPÓTESES (E ALGUMAS CONJETURAS) PARA O CONHECIMENTO HISTÓRICO NO PRÓXIMO MILÊNIO

Sílvia Regina Ferraz Petersen

À medida que nos aproximamos da virada do milênio (que, para efeitos do consumo e dos festejos foi “antecipado” para 31 de dezembro de 1999), multiplicam-se tanto as grandes revisões *fini-sculares* como os prognósticos sobre o futuro de questões tão variadas como a novela das oito ou o destino da humanidade.

O novo milênio exerce, sem dúvida, um fascínio ímpar em nosso imaginário, mas sinto decepcionar os leitores dizendo que do ponto de vista do conhecimento histórico não é absolutamente um marco relevante, salvo para provocar o interesse do historiador sobre os tipos de manifestações que parecem acompanhar estas passagens simbólicas, como foi o caso do ano mil que, por ser também o fim de um milênio, recentemente tem sido objeto de vários trabalhos publicados.¹ Também o tema do *tempo* na história parece estar recebendo maior atenção, como a recente reedição, pelo Fondo de Cultura Económica, do clássico ensaio de Norbert Elias, *Sobre el tiempo* (publicado, pela primeira vez, em 1984), e sua edição portuguesa, em 1999, por Jorge Zahar.

Principalmente a *história* dos anos futuros é um tema que tem parecido nos mais diversos contextos, mesmo porque, ao dizer respeito a todos os humanos, parece interpelar-nos a todos, os historiadores inclusive. Menos popularizada – provavelmente por sua matéria ser da ordem de competência dos historiadores – é a indagação sobre os rumos possíveis do *conhecimento histórico* em anos mais ou menos próximos.

É sobre ele o texto que a seguir apresento, cuja dimensão, muito reduzida diante da complexidade das questões que envolve, foi pautada por sua finalidade original: comunicação apresentada para professores e alunos em uma atividade de extensão.

Para delimitar o tema, valeu o que sugere o livro de Ítalo Calvino,

Sílvia Regina Ferraz Petersen é professora no Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.

Seis propostas para o próximo milênio, e, sem qualquer outra pretensão, senão a de parafrasear esse inspirado título, resolvi pensar em seis hipóteses para o conhecimento histórico no próximo milênio, número que logo se estendeu para dez, tantas as possibilidades que me ocorreram.

No entanto, há algumas observações gerais que quero fazer antecedendo estas hipóteses.

A primeira é que a possibilidade de pensar o futuro do conhecimento histórico requer, antes de mais nada, que voltemos a refletir sobre alguns pressupostos da própria disciplina.

Assim, inicialmente devemos lembrar que o milênio é apenas um marco cronológico simbólico, que pode ter alguns efeitos sazonais de ordem temática na historiografia. Mas neste campo, as verdadeiras mudanças quando ocorrem são *de ordem teórica* e possuem outra natureza; não obedecem aos desígnios do calendário, e sim a transformações que ocorrem no âmbito da sociedade e da própria teoria.

De outra parte, também é necessário afirmar sempre que o historiador não é um profeta, e mesmo os melhores destes, de Nostradamus a Paco Rabane, andam meio desacreditados. O tema por excelência sobre o qual se debruça o historiador é o passado, o acontecido, e não o que poderá acontecer. As previsões são tão tentadoras quanto perigosas, e vale a lembrança de Michelle Perrot (1996, p.194-195):

o historiador não é um profeta; não há nenhuma profecia que se possa fazer sobre a história e nenhuma lição a dar a partir dela. Temos instrumentos de análise que podemos utilizar, mas de preferência dentro de uma equipe, porque arriscamo-nos a cometer equívocos.

Se o futuro do conhecimento histórico não é campo para profecias, a indagação sobre ele, no entanto, é legítima e autoriza uma série de conjecturas por parte do historiador, se estiverem prudentemente balizadas.

Como alguém acostumada ao método de sua disciplina, procurei ter cuidado para não perder de vista *as condições concretas em que estas conjecturas se ancoram*, para não transformar meras especulações em possibilidades ou probabilidades. Às vezes, as probabilidades são altas, há muitas variáveis indicando para uma direção e podemos então pensar o futuro com certo realismo. Nestes casos, procurarei construir hipóteses sobre o que poderia ser o conhecimento histórico nas próximas décadas.

Mas também há outras conjecturas que não podemos, neste momento, em sã consciência, transformar em hipóteses. Não esqueçamos que a

história é o que aconteceu no contexto do que poderia ter acontecido. Em cada conjuntura há um feixe de possibilidades, que se bifurcam em outras tantas, cuja realização como história, como acontecido, depende, entre outras coisas, de opções, esforços, vitória de alguns dentre os vários projetos de futuro que competem entre si.

Assim, há muitos futuros possíveis. Dizer que alguma coisa no futuro é inevitável nos remeteria de novo ao campo da profecia. Se em algumas questões podemos já vislumbrar hipóteses de futuro, em outras só cabe apontar aquelas possibilidades que conseguimos identificar no momento presente e que talvez alguma delas venha se transformar, no futuro, em história.

De qualquer forma, não se pode esquecer que, como observa Hobsbawm (1998, p.50):

As estruturas das sociedades humanas, seus processos e mecanismos de reprodução, mudança e transformação, estão voltadas a restringir o número de coisas passíveis de acontecer, determinar algumas que acontecerão e possibilitar a indicação de probabilidades maiores ou menores para grande parte das restantes. Isto implica certo grau (admitidamente limitado) de previsibilidade - mas como todos nós sabemos isto não é de modo algum o mesmo que preciência.

Por isso, o método que empreguei foi observar o que tem acontecido com o conhecimento histórico no passado recente e indagar se isso aponta para uma tendência de desenvolvimento deste campo. As transformações que ocorrem em nossa disciplina não são casuais, aleatórias ou fenomênicas, mas estão apoiadas num campo de possibilidades. Se em alguns momentos o conhecimento histórico parece sacudido por modismos, aparentemente inexplicáveis, estes acabam no seu devido lugar, desaparecendo ou se naturalizando, acomodados pelas linhas de força provenientes das transformações que se produzem tanto na órbita social como teórica em que este conhecimento é construído.

Quanto à legitimidade da previsão, escreve Hobsbawm (p.49-50) que se trata

de uma atividade arriscada, muitas vezes decepcionante mas, também, uma atividade necessária. E toda a previsão sobre o mundo real repousa em grande parte em algum tipo de inferência sobre o futuro a partir do que aconteceu no passado, ou seja, a partir da História. O historiador, portanto, deve ter algo a dizer sobre o as-

sunto. Reciprocamente, a história não pode se esquivar do futuro, porque não há nenhuma linha separando os dois. O que acabei de dizer pertence agora ao passado. O que estou prestes a dizer pertence ao futuro. Em algum lugar entre os dois existe um ponto imaginário mas constantemente móvel que, se preferirem, podem chamar de “presente”. [...] Ou seja, passado, presente e futuro pertencem a um continuum.

Assim, é válido pensar, pelo menos em suas grandes linhas, os caminhos do conhecimento histórico nas próximas décadas, porque, entre outras coisas, como profissionais que somos dessa disciplina, de nós e do que fizemos, ou pudermos fazer a respeito dela, dependerão, em boa medida, seus rumos. Às vezes parece que nos esquecemos que essa matéria é de nossa competência e nos situamos como espectadores, como se as definições coubessem a alguma instância misteriosa, e mesmo sem saber onde ela está, quem a corporifica, lhe atribuímos o poder de matricular nosso campo de conhecimento.

Tendo colocado essas observações preliminares, tomo então a virada do milênio apenas como pretexto para uma espécie de balanço projetivo da nossa disciplina e se este balanço, no melhor dos casos, é apenas hipotético, muitas vezes não passa de simples conjectura. Neste marco é que tentei pensar um pouco sobre o tema para esta exposição e logo encontrei a dificuldade de selecionar, dentre muitas aproximações possíveis, algumas questões que me pareceram importantes. Também, como já disse antes, constatei que são poucas as incursões neste tema: quando as encontrei, referem-se ao futuro possível dos *acontecimentos* históricos, da história como processo vivido, e não do futuro do *conhecimento* histórico, da forma de pensar e narrar o acontecido. Fazer este tipo de exercício de reflexão foi por isso muito estimulante, mas quero deixar claro que não significa que haja consenso entre os historiadores quanto aos resultados que apresento, ou em relação ao que os historiadores estão tentando fazer com sua disciplina.

Início então por uma questão que me parece básica e a partir da qual se legitima, ou não, pensar no futuro de nossa disciplina: é que não há nenhuma razão para se supor que estamos diante do fim, quer do conhecimento histórico quer da própria história como processo vivido. Por um lado, nada aponta para o “fim da história”, como sentenciava o eufórico ideólogo norte-americano Francis Fukuyama. O aprofundamento das condições de pobreza em grande parte do planeta; a crise ecológica global e a situação inabitável de mega-cidades; a enorme difusão da econo-

mia da droga; a ampliação dos conflitos raciais derivados das grandes migrações internas e intercontinentais; os nacionalismos emergentes; a reconversão de uma indústria de guerra criada à custa do espantinho da guerra fria; a crise do emprego; o risco de guerra pelos recursos energéticos não renováveis e escassos; enfim, todas essas coisas não estão apontando precisamente para um final da história, mas, ao contrário, falam de sua aceleração, com conflitos e polarizações.

Por outro lado, nada indica o desaparecimento do conhecimento histórico, seja qual for o estatuto que venha assumir no futuro. O conhecimento histórico – em qualquer das formas que foi adquirindo ao longo dos séculos – tem um papel fundamental na construção das identidades sociais. Todo o grupo humano necessita, para sua orientação e sobrevivência no presente, de uma consciência de seu passado coletivo, de sua duração como grupo, que transcenda ao passado biográfico de cada um. Assim, apropriar-se do passado é, antes de mais nada, um mecanismo de autopreservação social, é adquirir um sentido de identidade que o faz ser ele mesmo e não outro e, portanto, uma espécie de condição socialmente necessária, não passível de ser suprimida.

Outra hipótese que me parece cabível sobre o futuro próximo do conhecimento histórico é a de que se acelerem suas transformações teóricas, metodológicas e temáticas. Vejamos em que ela se baseia.

Se tomamos como referência os últimos 150 anos, podemos afirmar que a trajetória do conhecimento histórico foi nada menos que espetacular. Por muitos séculos envolvido pelo mito, pela explicação providencialista, em uma relação pouco definida com as crônicas e as genealogias, desde meados do século XIX, o relato que pretende dar contas do passado começou a diferir notavelmente de todos que o precederam: “quer ser verdadeiro e não fictício, verificável materialmente e não improvável; causalista e imanente ao próprio campo das ações humanas e não fruto do acaso ou de forças insondáveis; racionalista e não alheio a toda lógica; crítico e não dogmático” (Moradiellos, 1994, p.15). Ou seja, diferentemente das formas de história construídas desde Heródoto, a partir do século XIX o conhecimento do passado procurou aproximar-se do modelo da racionalidade científica. Se lembrarmos – para ficar nos seus suportes mais expressivos – que entre as herdeiras do racionalismo científico estão as historiografias de influência positivista, marxista e da Escola dos Anais, e, ainda, considerarmos as profundas contribuições dessas escolas para a reflexão historiográfica e mesmo para o alargamento do entendimento do que é a história, este último século é realmente extraordinário.

A isso acrescenta-se a tendência recente da perda de unidade das tradições e escolas historiográficas, que se fragmentaram em perspectivas diversas, produzindo, nesse processo, a multiplicação de objetos e métodos.

Assim, não há razão para pensar que esta tendência de transformações teóricas, metodológicas e temáticas venha sofrer alguma modificação significativa. Se nenhuma dessas hipóteses se verificasse, restaria ainda o fato de que novas questões são permanentemente colocadas ao historiador, questões que demandam reflexões teóricas e métodos de trabalho próprios ou apropriados de disciplinas afins que se ampliam a cada dia, permitindo incursões originais sobre novos e velhos temas de investigação. Também a inserção do conhecimento histórico no debate mais amplo da chamada “crise da modernidade” e a sofisticação dos instrumentos analíticos que o historiador vem construindo são indícios que apontam para uma trajetória muito rica da discussão historiográfica.

Talvez a essa característica se possa associar uma outra: a mesma competência investigativa que já identificamos nas últimas décadas poderá contribuir igualmente para determinar o abandono cada vez mais rápido de caminhos equivocados ou de pouca densidade analítica, que resultam, muitas vezes, da difusão de procedimentos que não ultrapassam o estatuto de “moda”. Não se deve esquecer que a natureza da produção acadêmica nas últimas décadas é tal que estimula tanto a originalidade quanto o modismo.

Nesta mesma linha estaria a apropriação vulgar que as novas reflexões teóricas muitas vezes sofrem por parte dos historiadores, transformando-se em “palavras de ordem” mais do que em referências analíticas. Assim, o que são campos novos, que merecem aprofundamento em seus pressupostos, são vulgarizados por alguns que estão mais preocupados em estar na moda do que com a reflexão historiográfica propriamente dita; por outros, ainda “debutantes” no trabalho de produção do conhecimento histórico, e por aqueles que assumem na historiografia uma “postura lacaniana” do tipo “as coisas têm o nome que eu lhes dou”.

Não é difícil, por exemplo, encontrar no trabalho historiográfico o conceito de *vida cotidiana* reduzido ao limite de rotina diária; as noções foucaultianas de *disciplina e poder* deslocadas do contexto teórico e do sentido que lhes conferiu o autor e o uso vulgar da categoria *representação*, esvaziada dos serviços teóricos apontados por Chartier e transformada em uma designação tão genérica que não possui qualquer utilidade analítica. Como observa Emilia Viotti da Costa (1998, p. 13), alguns desses conceitos “tornaram-se expressões comuns no jargão do histori-

ador, embora freqüentemente apenas como parte de seu vocabulário e não como parte de sua teoria”.

É provável, no entanto, que a crescente competência investigativa do historiador venha eliminar, nos anos vindouros, em alguma medida, essas várias formas de apropriação vulgar ou enviesada, comuns em trabalhos de menor estatura historiográfica. Esta seria então uma hipótese que levanto para o conhecimento histórico.

Particularmente sobre os temas da “historiografia das próximas décadas”, creio que também é possível construir algumas hipóteses plausíveis.

Apesar do fato conhecido de que cada época coloca ao historiador os problemas que lhe são próprios, há alguns campos temáticos que já podem ser vislumbrados e que certamente ocuparão, ao lado de outros, que nem podemos imaginar ainda, as novas gerações de historiadores. Sem qualquer concessão ao relativismo, o que estou querendo dizer é que os historiadores fazem ao passado as perguntas que seu presente lhes suscita. Quando falo em presente, refiro-me tanto ao da própria sociedade em que vive o historiador como ao estado da discussão teórica, que permite propor questões antes não pensadas.

Assim, não seria absurdo imaginar que nas próximas décadas campos ainda apenas esboçados sejam trazidos para a ótica do historiador, como é o caso da eco-história, a história transnacional, a história do conhecimento virtual, etc.

Outra possibilidade que poderia ser pensada como uma hipótese é o fortalecimento da perspectiva da totalidade. Vou explicar do que se trata, pois a fragmentação do objeto é um traço constatado na historiografia atual.

Não é difícil entender as razões da predominância da visão da sociedade como um todo no conhecimento histórico desde o fim do século XIX, já que era herdeira da perspectiva científica moderna, ela mesma macrorientada, sistêmica. Esta forma de abordar a história teve várias versões, sendo talvez a mais consistente a concepção de totalidade do marxismo; mas não se deve esquecer a “história total” dos Annales e a própria influência estruturalista sobre o conhecimento histórico. Não quero aprofundar o tema, mas apenas referir que a chamada crise da modernidade, entre outros efeitos, vem questionando o modelo científico de conhecimento, trazendo assim no seu bojo a crítica às perspectivas analíticas macrorientadas e a instauração do fragmento como a forma de existir do real, quando não diluiu o próprio real nos infinitos textos que, segundo esta mesma perspectiva, o constituem. Este efeito se estendeu, como não poderia deixar de acontecer, ao conhecimento his-

tórico, que se converteria em nada mais que um discurso entre tantos outros sobre esta realidade fragmentada, quando não seu instituinte.

Nos últimos anos, a preocupação com os aspectos micrológicos do social – o que não significa automaticamente pensar o micro como um fragmento – tem trazido inequívocos efeitos positivos para nossa disciplina, como centrar o olhar do historiador sobre questões que passavam despercebidas em suas análises, recuperar a órbita da ação do sujeito, de sua vida cotidiana, de sua cultura, etc. A própria microistória italiana é um exemplo disso, pois, apesar de suas diferentes correntes, seu ponto comum é buscar na redução da escala da observação a chave de entendimento do todo social.

Mas há muitas outras apropriações do fragmento que estão fora dessa intenção da microistória e que têm produzido efeitos devastadores. Excetuando aquelas abordagens que tomam, deliberadamente, o fragmento como a forma de existir do real, outras, por confundir um microobjeto com um recorte da matéria histórica aleatório e desprovido de problemática, facilmente se transformam, de análises microrientadas, em estudos autocentrados, obscurecendo uma série de processos e relações sociais que não podem ser apreendidos por esta via, e em que facilmente o historiador desliza do conteúdo para forma.

Depois dessa breve colocação do problema, o que quero observar é que a substituição do macro pelo micro, da qual uma outra versão é a substituição da estrutura pelo sujeito, também com uma rapidez surpreendente, já vem sendo objeto de crítica por parte de historiadores do porte de Emilia Viotti da Costa, para citar um exemplo nacional e bem conhecido. Ela considera indispensável recompor a unidade dos dois pólos, em torno dos quais gravita a análise histórica – estrutura e sujeito, macro e micro –, tentando reconstituir esta unidade problemática que é a sociedade, mostrando que a polarização no sujeito ou no micrológico tem tantos limites e distorções quanto a polarização na estrutura ou no macrológico.

Viotti tratou de pôr em prática essa proposta em seu recente livro *Coroas de glória, lágrimas de sangue*, que estuda uma rebelião de doze mil escravos na Guiana Inglesa em 1823, duramente reprimida, na qual os missionários cristãos foram incriminados como insufladores.

Reconstituindo os relatos dos personagens que vivenciaram o conflito e fazendo-os dialogar com a realidade mais ampla da crise que vivia a então metrópole, Viotti constrói o que chama de romance polifônico, ou seja, a história contada de diversos pontos de vista e remetendo aos acontecimentos políticos e econômicos mais am-

plos, uma fusão de macro e micro-história, das transformações de curta e longa duração. (Colombo, 1999)

Roger Chartier também afirmou, em recente conferência pronunciada em Porto Alegre,² que o grande desafio para os estudos microhistóricos é como articular as trajetórias individuais com as determinações que as constroem, a invenção dentro da coação, a transgressão dentro da imposição, o fenomenológico e o estrutural. “Superar esta tensão exige a construção de novas formas de entendimento que façam possível inscrever as ações individuais e as determinações que as constroem”. Enfim, a velha e brilhante percepção de Marx de que os homens fazem a história, mas em condições que não são por eles escolhidas, a tensão permanente entre sujeito e estrutura, versão histórica de sua concepção de realidade como totalidade, parece continuar apontando, agora também através de outras bússolas historiográficas, para a recomposição da unidade do social.

Além disso, há questões cruciais que se colocam para o historiador para as quais valorização do microcentrado, do espontâneo, do particular, é insuficiente, e a perspectiva holística é imprescindível. Assim, como seria possível entender a questão permanente da dominação da resistência nas sociedades humanas quando se esquece, por exemplo, a influência do Estado, de seu governo e de suas políticas econômicas e sociais sobre a vida do cidadão e das próprias condições socioeconômicas que incidem sobre a organização do Estado? Ou como responder às novas questões que certamente ocuparão os historiadores, como a ecologia, sem esta dimensão macrológica do social? (Cariño, 1999)

Também os espaços públicos de regulamentação global, multilateral, não apenas se ampliaram, como ampliaram suas pretensões de poder. Sistemas como o FMI, a OMC, a ONU, entre outros, afirmam novos espaços de interpretação que exigem uma perspectiva analítica global.

Analistas econômicos igualmente revelam como antípodas têm se dissolvido rapidamente. Em uma matéria intitulada “Dez anos após o Muro surgem novos dilemas”, Gilson Schwartz (1999) nos oferece um bom exemplo para o tema em questão. Ele observa que o colapso da economia estatizada e planificada dos países comunistas foi seguido da euforia, pois seria a vitória da economia de mercado, da competição livre, da tecnologia e do capital.

[...] Mas não se passaram mais do que cinco anos até que o sistema financeiro globalizado entrasse em parafuso, evidenciando uma das mais graves crises da fé na eficácia dos mecanismos de mer-

cado. Mais grave ainda, ficou evidente que nos países onde o Estado foi desmontado ou mesmo destruído, desmontou-se e se destruiu também ao mesmo tempo e no mesmo golpe o próprio mercado. O resultado, a olho nu, registrado ao vivo e em cores por toda uma geração, é a falência praticamente simultânea das ideologias estatizante e liberalizante. E a proeminência dos que procuram uma "terceira via". É como se a esquerda e a direita tivessem aprendido algo, mutuamente. Paradoxalmente, os opostos não se anularam, mas estão sendo obrigados a conviver e a se reconhecer cada vez mais, ainda que a síntese pareça muito longínqua.

Por este conjunto de indicadores, creio que a análise simultânea e integrada do micro e do macro, do sujeito e da estrutura como forma de abordagem historiográfica é uma hipótese possível sobre o futuro próximo do conhecimento histórico.

Uma outra indagação que se pode fazer – e que vem sendo feita com muita frequência por parte dos historiadores, para não ir mais longe – é sobre o futuro das análises marxistas no conhecimento histórico. Elas farão falta? Em que sentido? Sobre essa questão, cito um autor espanhol, Francisco Fernando Buey, que escreve o seguinte em um artigo intitulado "Marxismo e história hoy" (1993, p.266):

Os marxismos dos anos 80 têm sido muito menos declamatórios, muito menos doutrinários e pontificantes que seus antecessores. Mas, em troca, seus trabalhos se farão notar sem dúvida na nova época que agora está começando. Terminada a fase dos extravisamentos provocados pela imposição da cultura de blocos, fará falta análise social crítica do mundo existente e decisão política-moral alternativa para abordar os grandes problemas do fim do século. [...] Assim, pois, a análise social crítica do que existe, que não queira ficar na justificação positivista do dado [...], que terá que naturalizar-se para tornar a olhar com atenção o entorno, terá também a Marx entre seus clássicos. Seria uma lástima que quando isto chegue, as pessoas interessadas pusessem seus olhos não sobre os livros do próprio Marx, senão sobre as glosas de intérpretes e profetas do pós-marxismo. Não se pode descartar que algo assim volte a ocorrer, mas se pode prevenir. A esta tarefa tem contribuído muito positivamente alguns dos marxismos da década dos 80 [...] principalmente aqueles marxismos com mais arraigada consciência histórica como o de E. P. Thompson, o de Raymond Willia-

ms ou o de Eric Hobsbawm. Em certo modo, e ampliando uma conhecida analogia de Antônio Gramsci, poderia dizer-se que o marxismo dos 80 começou a fazer sua reforma protestante, a que necessitava para aproximar-se da obra de Karl Marx com espírito leigo e com pensamento próprio. Muito provavelmente o grande debate entre os marxismos dos 90 versará sobre que tipo de laicismo.

O espaço que a teoria marxista ocupa no campo do conhecimento histórico é muito amplo e vai desde a existência de uma produção historiográfica apoiada deliberadamente em seu sistema explicativo das ações dos sujeitos sociais no marco de condições objetivas, da relação entre ser social e consciência, até a migração e incorporação de muitos de seus conceitos e categorias de análise para abordagens históricas que, a rigor, não possuem qualquer afinidade com o pensamento marxista. São do insuspeito Michel Foucault as palavras seguintes:

É impossível, nos dias atuais, escrever história sem usar toda uma série de conceitos ligados, direta ou indiretamente, ao pensamento de Marx e sem se situar no horizonte de pensamento que foi por ele definido e descrito. Poderíamos perguntar que diferença há, em última análise entre ser um historiador e ser um marxista.³

Embora essa opinião de Foucault seja de uma obra de 1977, e apesar do impacto que a teoria marxista sofreu com o fim do socialismo real e a crise dos “metarrelatos”, para alguns objetos empíricos ou teóricos ela continua oferecendo referências analíticas de tal qualidade que simplesmente a reflexão historiográfica não conseguiu ainda propor alternativas da mesma envergadura, limitando-se, muitas vezes, a produzir ensaios de abordagens teóricas de curto alcance ou pouco consistentes como instrumentos para a análise histórica, quando não recai simplesmente em um novo empirismo.

Concordo que essas afirmações deveriam ser fundamentadas, mas isto exigiria uma exposição minuciosa de uma análise comparativa que não posso fazer no espaço deste texto. De qualquer forma, quero pelo menos enunciar dois campos de reflexão que no meu entender servem bem para caracterizar essa questão: a forma como são pensadas na teoria marxista tanto a *relação estrutura-sujeito* como a *concepção de totalidade*, questões que, admitidas sob novas formulações por muitos historiadores, percorrem às vezes tortuosos caminhos que, no fim, nada acrescentam ao raciocínio daquela e, ao contrário, não chegam a se com-

parar em densidade epistemológica. Um bom exemplo para isso, até mesmo porque incorpora em um mesmo discurso os dois campos citados, é o livro de Christopher Lloyd, *As estruturas da história* (1995), do qual, entre outros, o capítulo “Além do materialismo histórico: rumo a uma teoria estruturista não materialista da história estrutural” pode ser tomado para demonstrar o que acabo de expor. Quando me deparo com essas abordagens, sempre fico me perguntando que tipo de resistência impede que determinadas reflexões tão bem desenvolvidas no campo da teoria marxista sejam ou sistematicamente ignoradas, ou, como no exemplo apontado, incorporadas em um discurso teórico que apesar de sua erudição, não faz a questão avançar.

Como tem sido muito forte e objeto de muitas discussões a influência do pós-modernismo sobre o conhecimento histórico (e eu a resumiria lembrando o giro lingüístico), outro tema que vale a pena indagar é quanto às possibilidades futuras do que, segundo alguns, constitui a “ortodoxia de hoje” para os estudos históricos. Neste sentido, acompanharei de perto as observações, por certo muito polêmicas, da historiadora norte-americana Gertrude Himmelfarb. De seu ponto de vista, o pós-modernismo, como movimento de vanguarda, não pode durar indefinidamente, e ela percebe já signos de rebeldia e insatisfação no mundo acadêmico e intelectual principalmente de fala inglesa. Pergunta-se então se o fenômeno de obsolescência que já se perfila tem semelhança com o que se produziu há duas ou três décadas com a nova história, primeiro quando entrou na moda e logo quando deixou de estar. O que acontecerá agora, quando o pós-modernismo deixa de ser uma novidade? Passará e será recordado como uma simples moda intelectual entre outras que tiveram seu momento de glória? Em que consistirá a natureza de uma nova rebeldia e quais seriam seus alcances? Para Himmelfarb, as tendências apontam pelo menos em duas direções, que aqui vou apenas enunciar, mas que mereceriam uma análise mais detalhada de seus supostos: uma contra-revolução desde dentro, sob a forma de um novo historicismo, que resultaria da união de elementos pós-modernistas e marxistas; e outra tendência na direção oposta, uma espécie de restauração da história tradicional, entendida como um retorno à objetividade e à integração, mas não como uma volta ao passado, porque este não poderia ser recuperado em sua totalidade (Mancera, 1997, p.408-411).

Sejam quais forem as direções que venha assumir a “crise do pós-modernismo”, parece plausível supor que, como outras ondas intelectuais, ela é apenas um momento de um processo que a transcende.

Outro tema que desejo abordar nesta seleção é o das novas tecnologias e seu impacto sobre o conhecimento histórico.

Quando se constata os avanços tecnológicos, principalmente no terreno da informática, que redefiniram a produção e a difusão da informação nos últimos trinta anos, creio que uma hipótese que pode ser formulada é que o conhecimento histórico vai incorporar, numa velocidade e com um alcance que não podemos ainda imaginar, estas novas tecnologias.

Observando o extraordinário volume de informações, divulgadas com extrema rapidez, oferecidas hoje ao historiador pelo incremento pesquisa e produção científica (um exemplo desta “proliferação de informações” bem recente é o *Catálogo dos resumos das comunicações*, apresentadas no simpósio da ANPUH, realizado em Florianópolis em 1999, cuja leitura meramente exploratória nos consumiria algumas horas), e que a capacidade de recepção do historiador, como ser humano, se mantém inalterada, parece que a informatização é o único caminho que se coloca daqui por diante para acessar e manusear desde documentos até artigos de periódicos. Não preciso explicar aqui as imensas vantagens que essa tecnologia trará ao trabalho do historiador, como a consulta a revistas eletrônicas, seminários *on-line* e grupos virtuais de pesquisa, porém, não posso deixar de incluir nessa hipótese algumas variáveis que também a condicionam. Assim, mesmo considerando que as próximas gerações de historiadores não enfrentarão mais as dificuldades das atuais, que não cresceram com o computador, ainda continuarão necessitando dominar programas e vocabulário cada vez mais sofisticados para informatizar e acessar a informação, implicando um aprendizado permanente, cujo espaço relativo ocupado na formação do historiador ainda não podemos imaginar. Por outro lado, se o usuário final da informação é o pesquisador, não se pode esquecer que o ponto inicial desta cadeia, ao menos no que se refere à informatização de fontes, é o documentalista, a pessoa que detecta, seleciona, processa os documentos que se produzem para torná-los disponíveis ao usuário; parte importante do trabalho do documentalista consiste em estudar a fundo o que os documentos tratam e as informações que contêm, assim como conhecer as necessidades do usuário, sob pena de que a multiplicação da informação indiscriminada a torne tão inacessível quando o texto escrito.

Outra hipótese plausível nas pegadas da anterior é que também o ensino da história, quer acadêmico quer em nível de ensino fundamental e médio, sofrerá os efeitos dessas novas tecnologias.

Nos recentes Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a reforma que o MEC apresenta está centrada em três eixos de conhecimento, que cito porque sua enunciação é eloqüente neste sentido: linguagens, códigos e suas tecnologias; ciências na natureza, matemáticas e suas tecnologias e ciências humanas e suas tecnologias. Enfim, é notável o viés tecnicista que atravessa este projeto e a forma como ele se imprime nos conteúdos curriculares.⁴

Pode-se pensar com um certo grau de realismo que em países como o nosso, onde as condições de ensino são degradadas tão espetacularmente pelo descaso dos poderes públicos, a implantação dessa tecnologia não significará automaticamente um avanço ou uma democratização da informação ou oferecerá um perfil mais consistente do conhecimento histórico, como a propaganda governamental quer fazer crer.

Outra hipótese que pode ser formulada dentro do mesmo tema é que no Brasil o ensino universitário de história corre riscos num futuro próximo. Salvo que consigamos alterar a atual política do MEC, há uma tendência a autonomizar as universidades públicas, desresponsabilizando-se também o poder público por sua manutenção. Neste sentido, existe presentemente um estímulo para que as carreiras acadêmicas se adaptem às necessidades do mercado, de onde presumivelmente adviriam os recursos para a manutenção das universidades. Simplificando bastante a análise dessa questão, creio que poderá haver uma desmontagem dos cursos de graduação e diluição das carreiras tal como as entendemos hoje. Os cursos de história não estão imunes a estes riscos: as propostas das “Diretrizes Curriculares” do MEC, com a diminuição considerável do número de horas destinadas à formação específica do historiador e a permissão de que os estudantes “circulem” por outros cursos (o que não implica automaticamente uma formação interdisciplinar), dependendo a extensão com que se realize, poderá descaracterizar a formação do historiador. Outro exemplo dessa política são os recém-lançados “cursos sequenciais”. Eles permitem o ingresso extravestibular (embora este aluno possa cursar as disciplinas com aqueles regularmente selecionados) e atribuem a cada universidade a determinação do perfil do candidato e o tipo de certificado que receberá. É fácil imaginar que esta “flexibilização”, tal como já aconteceu com os “Estudos Sociais”, pode se tornar um ótimo caça-níqueis e, sobretudo naquelas instituições de ensino superior que funcionam exclusivamente como empresas, seus resultados poderão ser devastadores para a formação do profissional de história.

Este inventário de hipóteses não pretende ser exaustivo, assim, ocupei o espaço que me resta para tratar de algumas possibilidades que a

meu ver realmente estão muito em aberto e podem tomar diferentes caminhos. Nestes casos seria mais difícil propor hipóteses e então me limito a apontar as alternativas que parecem estar colocadas.

a) Se a fragmentação for muito ampla, se a ênfase no singular e individual substituir a preocupação por regularidades; se a apreensão direta do acontecido tomar muito espaço da reflexão teórica, se a descrição e a narração substituírem significativamente a análise e a explicação, poderemos retornar a uma “história de eventos”, e isto para não falar naquela grande fatia da produção historiográfica que ainda hoje não ultrapassou esta concepção de conhecimento histórico. A superação desse tipo de história só se deu recentemente (e para isto contou certamente tanto a influência marxista como a “annalista”), se considerarmos a tradição milenar de que história significava narrar eventos. Isto não tem nada a ver com a aceitação de que a história é um gênero narrativo, e sim com o tipo de conteúdo que ocupará a narrativa.

b) Pelo mesmo caminho que conduz à perda da preocupação explicativa, não seria absurdo pensar que se estabeleça uma confusão entre história e memória. Sem a mediação do processo de representação do real que a teoria faz, a história se tornaria mera recordação inteiramente subjetiva de fatos. A aproximação do conhecimento histórico a uma perspectiva memorialista, como é o caso da importância que o historiador vem concedendo – e com justa razão – às questões do patrimônio histórico; sua aproximação simultânea a uma tradição descritiva e sua sedução pelo conteúdo intimista, próximo ao cotidiano; pelo relato da vida familiar, elaborado com recordações e invenções de pais e avós, poderia levar a esta confusão. A história correria assim o risco de se transformar em memória, que não é história, mas matéria histórica.

c) Para concluir estas que poderiam ser intermináveis conjecturas, se prosseguir a tendência da estetização do conteúdo advinda do “giro lingüístico”, o conhecimento histórico tanto poderá perder sua identidade, já duramente assediada, e convergir com a ficção, como, mantendo seu perfil específico, voltar-se decididamente para a forma, para o exótico ou para o textual, perdendo de vista sua função explicativa e social, sua capacidade de entender melhor

afinal, como e por que o Homo sapiens passou do paleolítico para a era nuclear. Se não tentarmos resolver o problema básico das transformações da humanidade [...] então como historiadores estaremos nos dedicando a trivialidades ou jogos intelectuais e outros jogos de salão. (Hobsbawm, 1998, p. 76)

NOTAS

1. Entre outros, cito Lacey, Robert. *A vida no início do 1º milênio*. Rio de Janeiro: Campus, 1999; Le Goff, Jacques. *Ano 1000*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
2. Seminário *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre, Programa de Pós-graduação em História da UFRGS, Instituto de Estudos Avançados a UFRGS e SMC de Porto Alegre. Novembro de 1999.
3. Citado por Foster, John Bellamy. In: Wood, Ellen M. e Foster, J. Bellamy. *Em defesa da história. Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p.196.
4. Tive oportunidade de analisar “os parâmetros” para o ensino de História. No primeiro volume, que tratava dos pressupostos didático-pedagógicos, a ênfase nas tecnologias era tão forte que a última parte do texto, “Tecnologias da Educação”, ocupava entusiasticamente um grande número de páginas descrevendo os tipos de *softwares* existentes no mercado, explicando detalhadamente procedimentos operativos que o aluno deve observar (abrir e fechar arquivos, uso de antivírus, uso do corretor ortográfico, não comer e beber perto do computador, etc.). O “grande final” desta parte, por incrível que pareça, é um glossário de informática! Estão completamente ausentes, por outro lado, os recursos clássicos de comunicação, especialmente o texto escrito (no mínimo o livro didático, para não falar na sólida cultura literária que alicerça nossa escola no mundo ocidental). Esta abordagem tecnicista mais evidente se torna quando observamos que as questões didático-pedagógicas, no mesmo volume, aparecem extraordinariamente simplificadas, com enunciados vagos, muitas vezes estereotipados e sem qualquer utilidade para projetar políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUEY, Francisco Fernandez. Marxismos e historia hoy. In: MONTANARI, Massimo e outros. *Problemas actuales de la história*. Salamanca: Ediciones Universidad, 1993.
- CARIÑO, Micheline. *História ecológica: una nueva síntesis en el marco de la história global*. Comunicação apresentada no II Congresso Internacional História a Debate, Santiago de Campostela, 1999.
- COLOMBO, Sylvia. O passado polifônico (entrevista com Emília Viotti da Costa) *Folha de São Paulo*. 1999.
- COSTA, Emilia Viotti da. Novos públicos, novas políticas, novas histórias. Do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética. *Anos 90*. PPG em História da UFRGS. Porto Alegre, n.10, p.13. Dezembro de 1998.

- HOBSBAWM, Eric. A história e a previsão do futuro. In: *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. A história progrediu? In: *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LLOYD, Chistopher. *As estruturas da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- MANCERA, Sonia de. Gertrude Himmelfarb. In: *Voces y silêncios en la história*. México: Fondo de Cultura Economica, 1997.
- MORADIELLOS, Enrique. *El ofício de historiador*. Madrid: Siglo XXI, 1994.
- PERROT, Michele. A história feita de greves, excluídos & mulheres. *Tempo Social*, USP, São Paulo, v.8, n.2, outubro de 1996.
- SCHWARTZ, Gilson. Dez anos após o Muro surgem novos dilemas. *Folha de São Paulo*, 24/10/1999.